O PAPEL E O PODER FUNDADOR DA LINGUAGEM NA REFLEXÃO SOBRE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

ANA CLÁUDIA FERNANDES FERREIRA

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

anaclau@ymail.com

Resumo. *De uma perspectiva discursiva da história das ideias linguísticas, reflito sobre a relação entre conhecimento e tecnologia levando em conta o papel e o poder fundador da linguagem. Nesta reflexão, examino alguns sentidos dicionarizados de* tecnologia*, relembro importantes revoluções tecnolinguísticas na história e questiono a concepção de linguagem como um instrumento. Ao lado disso, analiso os sentidos do Google enquanto uma empresa e uma tecnologia de linguagem e termino com algumas considerações sobre a proposta de trabalho de leitura de arquivo de M. Pêcheux (1997c).*

Palavras-chave. *linguagem*; *conhecimento*; *tecnologia*; *História das ideias linguísticas*; *Análise de discurso.*

Abstract. *In a discursive perspective on the history of linguistic ideas, I reflect on the relationship between knowledge and technology considering the founder role and the power of language. In this reflection, I examine some senses of technology in dictionaries, I remember important technolinguistics revolutions in history and I question the conception of language as an instrument. On the same direction, I analyze Google's senses as an enterprise and a language technological tool, and I end up with some considerations on reading archives work proposed by Pêcheux M. (1997c).*

Keywords. *language; knowledge; technology; History of linguistic ideas; Discours analysis.*

> *O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma sociedade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.*
>
> Émile Benveniste – "Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística"

1. Considerações iniciais: tecnologia, conhecimento, linguagem

Fascinados por nossa existência e por nossos inventos, vimos contando nossa história incluindo nela as histórias de nossas tecnologias e das revoluções produzidas por elas. Um aspecto interessante a esse respeito é que as tecnologias são geralmente associadas a um sentido de modernidade e novidade. Em nossa atual formação social capitalista, em que muitas tecnologias são significadas como produtos de consumo e, nesse sentido, como produtos que devem ter uma obsolescência programada[1], as tecnologias que se tornam obsoletas são rapidamente descartadas e esquecidas e, quando sobrevivem, passam a significar por algum valor afetivo, como antiguidade.

Nesse sentido, o funcionamento da expressão *novas tecnologias* está, hoje, necessariamente relacionado ao da obsolescência, o que faz bastante sentido em nossa sociedade: é preciso criar uma tecnologia nova que seja fascinante, mas que logo se torne obsoleta quando da criação de outra tecnologia, ainda mais nova e ainda mais fascinante, que também deverá se tornar obsoleta rapidamente. *Novo* e *tecnologia* são palavras que, ao estarem em relação de significação nesta formação social do capitalismo de economia de mercado globalizado, produzem efeitos para o que entendemos por tecnologia hoje.

Ao lado disso, podemos dizer que, dentre as mais diversas tecnologias existentes, há um conjunto delas que é mais facilmente reconhecível como tecnologia. Esse reconhecimento está ligado ao modo como determinadas tecnologias vêm sendo significadas como tecnologias e outras não, ou como determinadas tecnologias vêm sendo significadas como mais importantes que outras. Desse modo, os sentidos da palavra *tecnologia* também estão relacionados a esses efeitos que acabam por reconhecer como tecnologia apenas um conjunto restrito delas.

Podemos observar que tal restrição está geralmente circunscrita a alguns domínios do conhecimento tomados como os domínios que tornam possível a criação de tecnologias. Entre esses domínios está a física, a matemática, a química, a biologia e as tecnologias de informação. A esse respeito, não é irrelevante notar que, no espaço brasileiro, esses domínios do conhecimento se encontram situados como pertencentes às três primeiras grandes áreas listadas na atual tabela de áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq: ciências exatas, ciências biológicas e engenharias[2].

Na classificação/organização/divisão dos saberes da tabela do CNPq em vigor, essas três grandes áreas da tabela acabam por significar, hierarquicamente, como mais importantes que as outras que aparecem em seguida. Mas isso não é um simples acidente e nem um mero efeito do fato de que essas áreas aparecem como as primeiras da lista. A própria possibilidade de apresentação dessas áreas como as primeiras da lista se funda e se sustenta pelo modo como elas vêm sendo significadas atualmente como mais legítimas do que outras. Ao lado disso está a necessidade, produzida pelo Estado, através de suas instituições, de organizar e disciplinarizar os conhecimentos. Não podemos deixar de considerar a importância da organização e disciplinarização dos conhecimentos na

[1] Vale conferir, a esse respeito, o documentário franco-espanhol *Comprar, tirar, comprar. La historia secreta de la obsolescencia programada*, dirigido por Cosima Dannoritzer (2010).

[2] A tabela está disponível no site do CNPq, no seguinte endereço eletrônico http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf; acesso em fev 2015.

sociedade, mas também não podemos deixar de refletir sobre os diversos problemas que têm advindo daí, sendo um deles a produção de um efeito de que os conhecimentos sempre foram organizados deste modo.

Por esse motivo, é preciso sempre levar em conta que os saberes não são fechados, que eles tiveram e têm diversas formas de organização na história. Um exemplo interessante a esse respeito é o *Sistema Figurado dos Conhecimentos Humanos*[3], do Século XVIII, publicado na *Enciclopédia* de Jean le R. d'Alembert e Denis Diderot[4], em que a matemática e a física eram tomadas como pertencentes à filosofia.

As classificações do conhecimento são antes realidades institucionais produzidas pelo Estado, que o disciplinariza, o divide e o legitima. Ou seja, elas não são uma realidade, uma propriedade do conhecimento. A esse respeito, é interessante trazer aqui uma passagem clássica de Sylvain Auroux (1992) sobre os saberes na história:

> Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospecção (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro, sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (pp. 11, 12).

Ter em conta essa compreensão sobre a história dos saberes permite tomar as classificações do conhecimento atuais não como uma verdade imutável, mas considerá-las em sua historicidade, problematizando seus efeitos na sociedade. Ao mesmo tempo, possibilita vislumbrar outros modos de relação entre os diferentes domínios do conhecimento, tomando-os para além de suas formas de organização institucionais.

No presente trabalho, as tecnologias são tomadas através de uma relação com o conhecimento que é distinta das relações que costumam ser depreendidas pela tabela das áreas do conhecimento do CNPq. Através de uma perspectiva da história das ideias linguísticas que se filia à análise de discurso, tomo a linguagem, com seu poder fundador, como ponto de partida para tratar das relações entre conhecimento e tecnologia. Dessa perspectiva, a criação das tecnologias é pensada levando em conta, necessariamente, o domínio das ciências humanas, no interior do qual os estudos da linguagem estão situados.

Os passos para o desenvolvimento da reflexão aqui proposta começam com um exame das acepções e definições de *tecnologia* de um dicionário, buscando observar de que maneiras essa palavra comparece nele significada em relação a diversos campos do

---

[3] O *Sistema Figurado dos Conhecimentos Humanos* está disponível no site The ARTFL Project, produzido em cooperação com o Laboratório Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, e a Division of the Humanities and Electronic Text Services – ETS da University of Chicago. Disponível no seguinte endereço eletrônico https://encyclopedie.uchicago.edu/content/système-figurè-des-connaissances-humaines-0; acesso em fev. de 2015.

[4] A *Enciclopédia* também está disponível no site The ARTFL Project no seguinte endereço eletrônico https://encyclopedie.uchicago.edu/node/161; acesso em fev 2015.

conhecimento. Em seguida, faço um percurso por três importantes revoluções tecnolinguísticas na história – a escrita, a gramatização e a mecanização da linguagem – procurando apontar para alguns de seus efeitos na sociedade, enquanto revoluções que tornaram possíveis a escrita da lei e dos saberes e, em consequência, a constituição das ciências modernas da natureza, das ciências humanas e das ciências da linguagem. Depois, apresento uma discussão que questiona a concepção de linguagem enquanto instrumento de comunicação ou informação, para tomá-la a partir de uma perspectiva discursiva que considera seu poder fundador e então pensá-la em relação às tecnologias. Feita essa discussão, apresento, como próximo passo, uma análise dos sentidos do Google, na página "Sobre o Google", que permite, entre outras coisas, compreender alguns dos efeitos das tecnologias de linguagem significadas como/reduzidas a tecnologias de informação. Por fim, busco mobilizar algumas reflexões sobre a realização de um trabalho de leitura sobre essas tecnologias que coloque em "confronto a materialidade da língua na discursividade do arquivo" (PÊCHEUX, 1997c, p. 63).

Com esse percurso de trabalho, realizado a partir dos estudos da linguagem, pretendo contribuir com as reflexões sobre as relações entre conhecimento e tecnologia de modo geral, considerando que a produção de conhecimento e a criação de tecnologias não podem ser pensadas sem levarmos em conta o papel e o poder fundador da linguagem.

2. Alguns sentidos de *tecnologia* no dicionário

Embora tenhamos um conhecimento que nos permite compreender o que é tecnologia, não é fácil encontrar uma definição satisfatória para essa palavra. Começar por buscar por uma definição no dicionário pode ser um caminho. No entanto, é preciso considerar que o conjunto de acepções que um dicionário pode disponibilizar será sempre insuficiente, pois um dicionário nunca conseguirá apresentar todos os sentidos que já existiram e que existem para uma palavra. Apesar disso, o conjunto de acepções para as palavras fornecido pelo dicionário não deixa de ser significativo da história de sentidos das palavras e do modo como esses sentidos vão se cristalizando ou desaparecendo.

Essa questão tem sido trabalhada por diversos pesquisadores de história das ideias linguísticas que consideram a formação do léxico de um modo específico: não como algo que se produziria na mente dos sujeitos, mas como algo que é constitutivo dos processos históricos da produção de saberes. A partir dessa perspectiva, de acordo com José Horta Nunes (2010):

> o dicionário não é algo que estaria na mente das pessoas desde que elas nascem, mas, sim, algo que é produzido por práticas reais em determinadas conjunturas sociais, ou seja, o dicionário é produzido sob certas "condições de produção dos discursos". E as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas. (p. 6-7)

Nesse aspecto, embora os dicionários não possam apresentar definições totalmente satisfatórias para uma palavra, eles são um importante instrumento para

auxiliar na observação de alguns dos sentidos que mais circulam a respeito delas. O dicionário online *Michaelis*, por exemplo, traz algumas definições para a palavra *tecnologia* que servem de ponto de partida para pensar sobre os sentidos que mais circulam hoje sobre essa palavra. Vejamos, então, as acepções e definições trazidas para *tecnologia* por este dicionário:

> **tecnologia**[5]
> tec.no.lo.gi.a
> ***sf*** (***tecno+logo***[2]***+ia***[1]) **1** Tratado das artes em geral. **2** Conjunto dos processos especiais relativos a uma determinada arte ou indústria. **3** Linguagem peculiar a um ramo determinado do conhecimento, teórico ou prático. **4** Aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral: ***Nossa era é a da grande tecnologia. T. de montagem de superfície, Inform:*** método de fabricação de placas de circuito, no qual os componentes eletrônicos são soldados diretamente sobre a superfície da placa, e não inseridos em orifícios e soldados no local. ***T. social, Sociol:*** conjunto de artes e técnicas sociais aplicadas para fundamentar o trabalho social, a planificação e a engenharia, como formas de controle. ***De alta tecnologia, Eletrôn*** e ***Inform:*** tecnologicamente avançado: ***Vendemos computadores e vídeos de alta tecnologia***. ***Sin: high-tech***.

Podemos observar que o verbete *tecnologia* no dicionário *Michaelis* apresenta quatro diferentes acepções. A primeira delas é uma acepção descrita de maneira bem curta, mas com uma definição mais geral, mais ampla: a tecnologia é definida como tratado das artes em geral. A segunda acepção também possui uma definição ampla, que relaciona tecnologia a arte e indústria. Nessas duas primeiras acepções, as breves definições de *tecnologia* relacionadas a arte e indústria carregam uma história de sentidos que remonta a um período na história em que havia uma indistinção entre arte, técnica, tecnologia e indústria. Essas acepções são um vestígio dessa história, mas, ao mesmo tempo, reatualizam o sentido de tecnologia enquanto algo amplo.

A terceira acepção significa tecnologia como linguagem, mas, ao fazê-lo, significa linguagem num sentido estreito, como terminologia. Embora a definição seja um pouco vaga, não parece difícil tomá-la em relação a um conjunto de terminologias ou códigos de linguagem de programação criadas com o advento da web. Dentre essas linguagens de programação mais conhecidas estão a *linguagem html* – em que html significa – hypertext markup language, ou seja, linguagem de marcação de texto, e a *linguagem java* – uma linguagem de programação construída pela empresa/marca Java. Nesse contexto, a linguagem é significada simplesmente como código, como um código específico, um código construído, distinto daquilo que se convencionou chamar de *linguagem natural* e que, por isso mesmo, não teria nada a ver com o domínio das ciências da linguagem.

A última acepção é a maior e a que traz um maior número de definições. É interessante notar que *tecnologia* é aí significada em relação aos campos da informática e da sociologia. No entanto, a repetição significativa da palavra *informática*, articulada à eletrônica, a computadores, bem como a adjetivos e advérbios que qualificam esse tipo de tecnologia – *alta tecnologia*, *high-tech* e *tecnologicamente avançado* –, direciona os sentidos de tecnologia mais fortemente para o campo da informática do que para o campo da sociologia.

---

[5] O verbete está disponível no site do dicionário Michaelis no seguinte endereço eletrônico http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=tecnologia; acesso em fev 2015.

Assim, as definições mais específicas para tecnologia a associam, necessariamente aos domínios das ciências exatas e engenharias, ao passo que as definições mais gerais permitem a consideração de um campo mais amplo de conhecimento, formado por outros domínios que, no entanto, não são ditos diretamente, não são designados. Dessa maneira, apesar de haver uma definição ampla para o verbete *tecnologia* no dicionário *Michaelis*, a não designação dos outros domínios que também permitem a criação de tecnologias contribui para o apagamento desses domínios e, ao mesmo tempo, para um fortalecimento do destaque dado à informática. Vemos assim que os sentidos de *tecnologia* no dicionário destacam um modo específico de acepção de tecnologia, ligado ao campo das ciências exatas, que apaga outros campos, como as ciências humanas e as ciências da linguagem.

As reflexões que apresento no item a seguir tomam outra direção, buscando pensar o papel das tecnologias de linguagem e das ciências da linguagem na criação de tecnologias e na produção de conhecimento.

3. As revoluções tecnolinguísticas e o conhecimento

Dentre as inúmeras e diversas tecnologias que o homem produz, muitas delas são tecnologias de linguagem, embora dificilmente nos damos conta desse fato e da dimensão de sua importância. O papel e os efeitos das tecnologias de linguagem em nossa história têm sido estudados por diversos pesquisadores de história das ideias linguísticas, de análise de discurso e de saber urbano e linguagem. A esse respeito, é importante destacar as pesquisas de Sylvain Auroux (1992, 1998) sobre o lugar e os efeitos de três importantes revoluções na história do homem concernentes à linguagem: o aparecimento da escrita, a gramatização das línguas do mundo e a mecanização da linguagem através da informatização.

Em relação à primeira revolução tecnolinguística, a da escrita, podemos dizer, a partir de Auroux (1992), que seu aparecimento se deve a um longo processo, relacionado muito provavelmente com o aparecimento dos centros urbanos. Com a criação desses centros, produziu-se a necessidade de registrar, calcular, administrar e conservar informações sobre a vida citadina. No entanto, não é simples precisar o momento específico em que tais registros se transformaram, de fato, em um sistema de escrita. Daí a importância em pensar na invenção da escrita como um *aparecimento*, compreendido enquanto um longo processo.

Uma das primeiras cidades em que este aparecimento se deu foi Uruk, que foi um grande centro urbano da Suméria, e onde hoje é o Iraque. De acordo com Antoine Cavigneaux (1989), surgem em Uruk, por volta do fim do quarto milênio a.C., tabletes de argila inscritos com signos, em sua maioria pictográficos, os quais podem ser considerados senão como um sistema de escrita realizado, ao menos como precursores do que se tornará a escrita dita cuneiforme. Segundo o autor:

> A invenção da escrita aparece no contexto arqueológico da cultura chamada Uruk tardio, caracterizada pela densificação do habitat, dos índices de organização quase industrial do trabalho, uma arquitetura monumental (templos? mas muito provavelmente também edifícios com funções econômicas), os selos cilíndricos (impressão por rolamento sobre envelopes de

> argila, tampas de jarro, fechaduras de portas) etc. De uma maneira bem geral pode-se dizer sem grande risco de se enganar que a escrita está ligada às necessidades de contabilidade e de gestão de uma administração confrontada a tarefas complexas. Mas é muito delicado definir mais precisamente em que condições concretas essa invenção tão rica de devir foi operada. (CAVIGNEAUX, 1989, p. 99; tradução minha)

Conforme Auroux (1998), a escrita só aparece e se mantém em sociedades fortemente hierarquizadas, entretendo relações muito estreitas com diversas instâncias de poder, que envolvem o simbólico, o econômico e o religioso. Ao mesmo tempo, a escrita pôde responder a uma série de problemas técnicos nascidos bem antes dela, mudando qualitativamente a natureza das ligações sociais.

Com a escrita, passa a ser possível não apenas registrar e organizar as atividades cotidianas da cidade, mas também suas histórias e mitos. Com o passar do tempo e a mudança das línguas, os escritos desses registros e histórias se tornarão cada vez mais difíceis de ler. Em outras palavras, com o tempo, tais textos vão se tornando textos desconhecidos de línguas outras: línguas incompreensíveis, que precisam ser decifradas. É daí que surge um dos um dos efeitos e problemas de fundamental importância produzidos com o aparecimento da escrita: a escrita, segundo Auroux, "*fixando* a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver" (AUROUX, 1992, p. 23).

A objetivação da alteridade através da fixação da linguagem pela escrita é, conforme Auroux, um dos fatores necessários para a constituição dos saberes sobre a linguagem, dos saberes metalinguísticos. Em outras palavras, segundo o autor, a escrita teve um papel decisivo na passagem dos chamados *saberes epilinguísticos* – saberes inconscientes que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem – aos *saberes metalinguísticos* – saberes construídos e manipulados enquanto tais com a ajuda de uma metalinguagem. Nesse sentido é que podemos tomar o aparecimento da escrita como uma revolução tecnológica. Uma revolução que possibilitou o aparecimento de outra: a gramatização das línguas do mundo.

Assim como o aparecimento da escrita, a gramatização das línguas é um processo bastante longo. Conforme Auroux, a gramatização "mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta" (1992, p. 8-9). Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica "tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX" (*ibidem*, p. 9).

De acordo com o autor, sem a primeira revolução tecnolinguística, com as profundas transformações das práticas linguageiras que ela trouxe, a escrita da lei e da ciência não teriam sido possíveis (AUROUX, 1998, p. 99). E, juntamente a isso, "sem a segunda revolução técnico-linguística, as ciências modernas da natureza não teriam sido possíveis nem em sua origem nem em suas consequências sociais" (AUROUX, 1992, p. 36).

Do mesmo modo que as reflexões metalinguísticas presentes em gramáticas, dicionários e em outras tecnologias de linguagem só puderam existir com o advento da escrita, tais tecnologias tornaram-se a condição de possibilidade de outras tecnologias,

levando a uma terceira revolução tecnolinguística: a da *mecanização da linguagem através da informatização* (AUROUX, 1998). Segundo o autor, o tratamento eletrônico da informação apresentada em linguagem natural, apoiado amplamente nas duas primeiras revoluções tecnolinguísticas, passou a funcionar como uma mecanização das formas privilegiadas da comunicação humanas.

As três revoluções tecnolinguísticas são consideradas por Auroux (1998) como a constituição de instrumentos linguísticos externos ao indivíduo, sendo a mecanização o último estágio dessa longa evolução. Auroux aponta, no entanto, para um problema teórico que se colocou com terceira revolução tecnolinguística, que é a questão da *autonomização* do instrumento. Segundo ele, nenhum instrumento, por definição, é autônomo, mesmo uma calculadora eletrônica ou um computador. Esses instrumentos podem *formalizar* e *externalizar* capacidades humanas e até, em um sentido bem delimitado, substituí-las, mas sua autonomia é sempre dependente da/e determinada pela programação que foi construída para eles.

No caso de um sistema de instrumentos linguísticos como uma gramática ou um dicionário, por exemplo, tal sistema permite certa autonomia ao sujeito, evitando que ele recorra a um intermediário ou intérprete, mas o sistema não pode substituir o sujeito verdadeiramente. Um sistema de instrumentos linguísticos, nas palavras de Auroux, "*prolonga e transforma* a competência humana, mais do que a substitui" (AUROUX, 1998, p. 320; grifos meus).

O mesmo pode ser pensado em relação aos computadores chamados autômatos, concebidos com a pretensão de simular o comportamento linguístico humano, funcionando, quanto à linguagem, como um ser humano, sem a intervenção de um ser humano. Conforme Auroux, tal possibilidade de concepção dos autômatos não é teoricamente muito diferente do fato de conceber a possibilidade de aprender a falar uma língua estrangeira apenas com a ajuda de gramáticas e dicionários ou então de conceber a possibilidade de uma gramática de uma língua dada predizer todos os acontecimentos linguísticos futuros que afetarão essa língua. Podemos depreender daí que tais autômatos também não simularão nem substituirão verdadeiramente a competência humana, mas, sem dúvida, poderão prolongá-la e transformá-la.

De acordo com o autor, para pensarmos os instrumentos linguísticos nos termos modernos da Inteligência Artificial – IA, "devemos concebê-los como *extensões artificiais da inteligência humana*." (AUROUX, 1998, p. 320), isso porque a IA "não é essencialmente a simulação de uma aptidão puramente humana, mas **a transformação dessa aptidão** com a ajuda de instrumentos externos cuja origem é muito longínqua (que se pense nas réguas, nos compassos, *bouliers* e outros contadores)" (*ibidem*, p. 320; negritos meus).

O problema teórico da automatização apontado por Auroux permite problematizar mais facilmente a própria relação entre o sujeito e as tecnologias que ele produz, tomando as tecnologias não apenas como uma extensão do sujeito, uma vez que elas não simplesmente prolongam a competência humana, mas a transformam, produzindo efeitos sobre o sujeito.

Tendo isso em conta, o autor finaliza, concluindo sobre a relação entre a inteligência humana e os instrumentos:

> É provável que sem a criação de tais instrumentos a inteligência não seria o que ela é, assim como, na ausência de nossos instrumentos linguísticos habituais (sistemas de escrita, gramáticas, dicionários etc.), as formas de comunicação humana são muito diferentes [...]. A inteligência humana é feita de artifícios, ela não é um dado bruto da natureza; ela é social e amplamente externa ao indivíduo, ela não é definível pela competência de um sujeito abstrato. [...] a história das técnicas nos mostra que a evolução das sociedades se constitui pela invenção de novos instrumentos e sua integração em comportamentos e relações humanas complexas. A existência desses instrumentos se situa não fora das sociedades e em seu lugar, mas em sua própria trama, na constituição de um só tecido indissoluvelmente tecnossocial. (AUROUX, 1998, p. 320-321).

A partir das reflexões de Auroux, podemos concluir que, sem a tecnologia da escrita e as tecnologias de linguagem advindas dela – a gramatização das línguas e a mecanização da linguagem – seríamos uma sociedade muito diferente. Em nossa sociedade, a escrita é uma tecnologia que vem sendo produzida e reproduzida através de diferentes tecnologias, transformando e re-transformando a inteligência humana e a sociedade.

Tendo considerado o papel revolucionário da escrita – que tornou possível a escrita da lei e da ciência, bem como a criação de outras tecnologias de linguagem – e o papel revolucionário da gramatização – que tornou possíveis as ciências modernas da natureza, das ciências humanas e das ciências da linguagem – é necessário ir mais longe a fim de conferir à linguagem o seu papel e poder fundador na produção de conhecimento, das tecnologias em geral e das tecnologias de linguagem em particular. É disso que trato no item a seguir.

4. O poder fundador da linguagem, o conhecimento e as tecnologias

Para pensar o poder fundador da linguagem de uma perspectiva discursiva é necessário começar por uma formulação básica*: a linguagem não é um simples instrumento de informação ou comunicação*. Afirmar algo básico, no entanto, não é necessariamente afirmar o óbvio e é daí que reside a dificuldade em construir a obviedade dessa afirmação básica para que dela possamos nos apropriar. Como proceder com essa construção?

Começando pelas palavras de Émile Benveniste em epígrafe a este artigo, podemos apreciar um pouco do que seja esse poder fundador da linguagem: é um poder que o homem sentiu sempre, é um poder que os poetas frequentemente cantaram, é um poder que instaura uma sociedade imaginária, é um poder que anima as coisas inertes, é um poder que faz ver o que ainda não existe, é um poder que traz de volta o que desapareceu... Se consideramos “somente” essas palavras do autor, já somos levados a considerar que a linguagem não pode ser tomada apenas como um simples instrumento de informação ou comunicação.

Continuando com Benveniste, podemos problematizar de maneira mais direta a comparação simplista da linguagem a um instrumento e, ao mesmo tempo, pensar a relação intrínseca entre o homem e a linguagem:

> Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando saber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1991b, p. 284)

Estas posições de E. Benveniste diante da linguagem e da relação entre o homem e a linguagem são importantes para a construção de uma afirmação formulada a partir de uma perspectiva discursiva da história das ideias linguísticas: a de que a consideração da linguagem como um instrumento de informação ou comunicação é apenas um *efeito* – muito embora não seja um efeito qualquer... Isso porque esse efeito que toma a linguagem como instrumento funciona de modo a afetar próprios sentidos do que é a linguagem, presentes em vários domínios do conhecimento (inclusive no interior dos domínios dos estudos da linguagem), levando ao esquecimento do próprio poder fundador da linguagem. Ou seja, esse efeito de sentidos que toma a linguagem enquanto instrumento de informação ou comunicação produz um apagamento do poder fundador da linguagem.

Mas "não atingimos nunca o homem separado da linguagem", escreve Benveniste. E cabe acrescentar: é pela linguagem que o homem se significa no mundo e significa o mundo; é pela linguagem que ele produz e reproduz seus saberes, seus inventos, suas tecnologias, quaisquer que sejam eles. Se não fosse assim, as tecnologias mais rudimentares seriam um mero acidente que não faria sentido. Seriam apenas um acidente não simbolizado, não interpretado, e que, por isso, não poderia ser reproduzido. Se o homem é um ser tecnológico, ele o é enquanto um ser de linguagem. É nesse sentido que a linguagem tem um papel e um poder fundador para quaisquer saberes e tecnologias que possam ser criados.

Formas de linguagem como simbolizar, interpretar, falar, produzir gestos com as mãos, desenhar, pintar, contar, registrar, escrever... estão necessariamente associadas a instrumentos-inventos como carvão, tinta, cunhas, pena, lápis, caneta, máquina de escrever, computador, internet... e a outros, como sinal de fumaça, pombo-correio, correio, correio eletrônico, telégrafo, telefone, celular... e ainda a instrumentos-inventos-instituições como papiros, livros, bibliotecas, arquivos, bancos de dados, computador, disquetes, CDs, DVDs, pendrives, internet, nuvens... e a outros, como tipografia, imprensa, jornais, mimeógrafo, fotocopiadora... Sem o poder fundador da linguagem e das tecnologias de linguagem que ele permitiu produzir, não seríamos escrivães, escritores, literatos, artistas, poetas, filósofos, cientistas, copistas, mensageiros, tipógrafos, datilógrafos, analistas de dados...

Evidentemente que instrumentos tecnológicos como uma pena, uma caneta, um lápis, uma máquina de escrever ou um computador não produzem os mesmos efeitos para o sujeito que escreve. Do ponto de vista da análise de discurso, dizer que esses instrumentos não produzem os mesmos efeitos, significa, antes de mais nada, que esses efeitos são *efeitos de sentido* enquanto *efeitos discursivos*.

Em relação a isso, é fundamental destacar as reflexões de Eni Orlandi (2009) a respeito das tecnologias de linguagem e suas consequências sobre a relação entre a mídia e as diferentes materialidades significantes:

> as diferentes linguagens com suas diferentes materialidades, e, entre elas, com decisiva importância, a digital, têm seus distintos modos de significar que, ao mesmo tempo, desafiam o homem, mas são também uma abertura para o (e do) simbólico. Lugar de invenção, de diferença, de exercício da habilidade. A linguagem digital, ou o discurso eletrônico, como prefiro chamar, re-organiza a vida intelectual, re-distribui os lugares de interpretação, desloca o funcionamento da autoria e a própria concepção de texto. Mas não nos enganemos. É ainda uma tecnologia da escrita. Tem um impacto semelhante ao da invenção da imprensa. Mas difere desta pela sua natureza do ponto de vista técnico, científico e administrativo, em termos sociais e políticos. (p. 62-63)

Um dos modos de re-organização da vida intelectual, re-distribuição dos lugares de interpretação e deslocamento do funcionamento da autoria e da própria concepção de texto pode ser vislumbrado no que Cristiane Dias (2013) designou como inversão da relação entre corpo e máquina. Segundo Dias, essa inversão é produzida como efeito do paradigma informático, em que os sujeitos passam a ser extensão dos dispositivos. A esse respeito, a autora coloca a hipótese de que "Talvez, mais do que uma inversão, estejamos lidando com um equívoco ou com uma mudança de sentido na história, por meio de um outro modo de inscrição do sentido na história" (p. 56). De acordo com a autora, esse equívoco ou essa mudança de sentido na história se constitui pelos sentidos fundadores da cibernética, sustentados por um paradigma informacional da linguagem e por uma concepção de sujeito informacional.

Quando, de uma perspectiva discursiva, pensamos sobre os modos como as tecnologias de linguagem vêm significando na sociedade, não podemos deixar de considerar os efeitos desses sentidos fundadores da cibernética e da linguagem enquanto instrumento de informação ou comunicação. É através desses efeitos que as tecnologias da mecanização da linguagem são significadas pelo nome *tecnologias de informação* e situadas no interior de domínios do conhecimento nomeados de *Informática* e *Sistemas de informação*.

Para produzir um deslocamento no modo de pensar sobre os grandes avanços das chamadas tecnologias de informação, é fundamental considerar o poder fundador da linguagem em relação às tecnologias a partir de uma perspectiva discursiva. Para isso, é importante lembrar uma reflexão de Pêcheux (1997b) que é muito retomada no conjunto dos questionamentos em análise de discurso e que, assim como Benveniste, também problematiza a concepção da linguagem ou da língua como um instrumento que serve para comunicar:

> Para sermos breves, diremos que esse erro é autorizado pela definição dada por Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, da língua como "meio de comunicação

> entre os homens". Pierre Raymond chamou recentemente a atenção para o fato de que esse "meio" ou esse "instrumento" não é "instrumento técnico ou científico" e que essa "comunicação" não é *a priori* identificável às comunicações fornecidas por diversos meios estudados em outros domínios", o que leva a pensar que a expressão "instrumento de comunicação" deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse "instrumento" permite, ao mesmo tempo, **a comunicação e a *não-comunicação***, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não estar tratando, *em primeira instância*, da comunicação de um sentido. (p. 93)

A língua permite a comunicação e a não-comunicação porque sua materialidade é opaca, não é transparente, o que faz com que nunca tenhamos garantia de que "o sentido" daquilo que desejamos "informar" foi ou não "comunicado". Pois, para além de informar ou comunicar, o que o sujeito faz é interpretar. E a interpretação, como nos mostra Orlandi (2004), não é a mesma para os diferentes sujeitos. Conforme a autora:

> o gesto de interpretação é o que – perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção. (p. 22)

A questão da linguagem tomada como instrumento de comunicação também é discutida pelo matemático, filósofo e analista de discurso Paul Henry, em seu *A ferramenta imperfeita*, (HENRY, 1992). Nessa obra, o autor brinca com a palavra *instrumento*/*ferramenta*[6] enquanto definição da linguagem humana, e seu modo de qualificação como *imperfeita*, em oposição às linguagens formais, significadas como perfeitas. De acordo com o autor:

> "Que a linguagem, como ferramenta[instrumento], seja imperfeita é patente e não há mais quase nada a falar sobre isso, do ponto de vista científico, quero dizer. Enquanto instrumento de comunicação e de troca, do pensamento e da expressão, a linguagem acaba traindo o pensamento, por ser causa de mal-entendidos, de ilusões, de erros. Falar nesse momento de um defeito da linguagem, apresentá-la como uma ferramenta imperfeita, como Bentham ou Frege, parece mesmo um eufemismo que preserva a miragem da linguagem bem-feita, de instrumento aperfeiçoado ou ainda de um uso racional desse instrumento. Não é assim que se pode abordar a língua" (p. 193).

Aproveitando a brincadeira com as palavras *ferramenta*/*instrumento* e *imperfeita*, podemos dizer que é justamente essa imperfeição que diferencia a linguagem de uma máquina lógica. E ainda, que uma máquina lógica só funciona perfeitamente no mundo lógico e ideal da própria máquina, mas erra no mundo real do homem, sujeito de linguagem, já que o real do mundo do sujeito de linguagem não é lógico, mas ideológico.

A imperfeição da linguagem humana, da perspectiva de Bentham e Frege, apenas a significa como menor e inferior à linguagem lógica-matemática. Entretanto, em uma

[6] Penso que é importante aqui destacar a possibilidade de tradução de *mauvaise outil*, da versão original em francês do livro de Paul Henry (1992), para *instrumento imperfeito*. Isso porque tal tradução – mesmo sendo distinta da que se cristalizou no espaço brasileiro – permite relacionar a *ferramenta imperfeita*/*instrumento imperfeito* com o *instrumento linguístico* dos textos de Sylvain Auroux (1992, 1998) que, na versão original em francês, aparece como *outil linguistique*. Vale notar, no entanto, que a palavra *outil* nos textos de S. Auroux está mais relacionada às tecnologias de linguagem, embora a linguagem também possa ser significada em seus textos como instrumento de comunicação. Já no livro de Paul Henry, a palavra *outil* está relacionada à linguagem, enquanto instrumento, mas a partir de outra perspectiva, que permite contestar a noção de linguagem enquanto instrumento e, ao mesmo tempo, ressignificá-la.

abordagem discursiva, essa imperfeição é a própria abertura para pensar a língua em relação ao seu exterior, incluindo aí a linguagem, como um exterior inapreensível, portanto impossível, mas constitutivo e incontornável. Segundo Paul Henry:

> Esse impossível, enquanto defeito na relação da linguagem com a língua, é aquilo porque a língua existe, sua própria razão de ser. O objeto dos linguistas está sempre a ponto de lhes escapar. Com os critérios que adotam, eles estão inteiramente presos para estruturá-lo, para produzir a razão, para além de uma simples descrição, para, na ordem da linguagem, enunciar a diferença entre aquilo que é e não é da língua. Eles podem vir a divergir sobre esse ponto e não se privam de fazê-lo. Isso não impede que enquanto houver linguagem haja língua. É aí que um real insiste, um real que não saberíamos contornar. (1992, p. 195).

Assim, podemos dizer que é na imperfeição da linguagem humana que se encontra o seu poder fundador – e aqui me aproprio aqui desta expressão de Émile Benveniste e de sua definição para pensá-las discursivamente e em relação ao real da língua. Se a linguagem fosse perfeita, não haveria enganos, não haveria poetas, não haveria sociedades imaginárias, não haveria fábulas, mitos, histórias, lembranças. Se a linguagem fosse perfeita, de fato, ela seria apenas um instrumento de informação e comunicação. Se a linguagem fosse perfeita, haveria, talvez, uma única língua, transparente, lógica, unívoca, e não haveria línguas...

Mas é porque há linguagem imperfeita que há língua e línguas e, também, línguas lógicas. Estas últimas são possíveis de existir, de serem inventadas, pelo sujeito da linguagem imperfeita e não por uma máquina. É através da linguagem imperfeita que criamos códigos – outras linguagens específicas – que fazem um computador funcionar.

Podemos dizer que a instrumentação da língua pela escrita – que, como vimos, se deu muito provavelmente pelas necessidades práticas de gestão e organização da cidade – produz como efeito a concepção da própria língua – e, por extensão, da linguagem – como instrumento de informação e comunicação. Nesse sentido, é possível que o efeito da linguagem enquanto instrumento de informação e comunicação derive dessa instrumentação. E é talvez por isso que as tecnologias de informação, que são possíveis pelo poder fundador da linguagem, não consideram a linguagem. A informação, no entanto, como vimos, é um efeito de linguagem e não sua propriedade. A informação é ela mesma uma interpretação entre outras, uma possibilidade, entre outras, de produção de sentido pelo/para o sujeito.

A questão do sentido é fundamental e incontornável para o sujeito de linguagem. A esse respeito, vale lembrar aqui um texto bastante conhecido do médico e filósofo Georges Canguilhem (1980), para quem o sentido é *relação a*. Segundo o autor,

> Em resumo, a linguagem humana é essencialmente uma função semântica da qual as explicações de tipo fisicalista nunca chegaram a dar conta. Falar é significar, dar a entender, porque pensar é viver no sentido. O sentido não é relação entre..., ele é *relação a*... Eis porque ele escapa a qualquer redução que tente inseri-lo numa configuração orgânica ou mecânica. As máquinas ditas inteligentes são máquinas de produzir relações entre os dados que lhes são fornecidos, mas não estão em relação ao que o usuário se propõe, a partir das relações que elas engendram para ele. Porque o sentido é relação a, o homem

> pode brincar com o sentido, desviá-lo, simulá-lo, mentir, criar armadilhas. (p. 10)

O sujeito de linguagem não pode escapar da linguagem quando cria uma máquina, pois é ele quem pode construir/definir as *relações a* dos dados, os quais funcionarão como *relações entre* que a máquina poderá estabelecer e reproduzir. A máquina não poderá nunca estabelecer as *relações a* que o sujeito estabelece, ela estará limitada sempre a reproduzir as *relações entre* que ela for programada para reproduzir.

Tendo isso em conta, podemos perceber que, por mais sofisticada que seja a memória de uma máquina, ela nunca funcionará do mesmo modo que a memória humana. A respeito disso, novamente Canguilhem:

> Não esqueço que Pascal não esqueceu da memória. Lembro-me de dois de seus Pensamentos: "A memória é necessária para todas as operações da razão" e "quando eu era criança, eu apertava meu livro...". Na primeira, Pascal visa a memória do calculador, do pesquisador, do administrador, do estrategista. A memória-arquivo e inventário. Aquela que nos orgulhamos de imitar, de desmultiplicar, de aliviar, e até mesmo, de substituir através do tratamento automático dos bancos de dados por uma memória artificial isenta das doenças da memória.
> Mas, esta "Memória para o futuro", segundo a expressão de François Dagognet, que futuro ela abre para a memória? Para a memória do "Quando eu era criança...", para a memória do tempo perdido e do tempo reencontrado, para essas lembranças às quais Proust se referiu quando escreveu, nas últimas linhas de sua obra, "que elas acabarão perecendo quando o desejo de um corpo vivo não as mantiver mais"? (1980, p. 7-8)

O sujeito convive, assim, com diferentes formas de memória, mas elas não se reduzem a essa memória artificial do tratamento automático dos bancos de dados. A inteligência da máquina será sempre outra, diferente da inteligência humana, e a memória que ela produz será sempre limitada nesse sentido.

Para avançar na reflexão desses diferentes funcionamentos da memória, é importante trazer aqui algumas formas de pensá-la no âmbito da análise de discurso, através dos conceitos de *memória discursiva*, *memória institucional* e *memória metálica*.

A memória discursiva, ou interdiscurso, é definida por M. Pêcheux (1997b) em relação às formações discursivas e às formações ideológicas, sendo que uma formação discursiva determina o que pode e deve ser dito a partir de uma formação ideológica dada. O interdiscurso recobre e recorta as diferentes formações discursivas, que têm seus limites em constante movimento. Ele é "todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos" (ORLANDI, 1999, p. 33), sendo que este esquecimento é estruturante. Desse modo, não se tem acesso ao interdiscurso, ele é irrepresentável.

Já a memória institucional, ou memória de arquivo, é definida por E. Orlandi (2010) como aquela que não esquece, ou seja, que as Instituições não deixam esquecer. As instituições são tomadas pela autora num sentido amplo que recobre Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos, etc. A memória produzida por essas diferentes instituições é a memória de arquivo que elas

> praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos

> sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantêm os sujeitos em certa circularidade" (p. 8).

E a memória metálica, segundo Orlandi (*ibidem*) é a memória da máquina, uma memória que não se produz pela historicidade, mas por um constructo técnico, que funciona e circula pela mídia e através das novas tecnologias de linguagem. De acordo com a autora,

> Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação – produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o "quanto mais, melhor". O que é discutível do ponto de vista do que chamamos memória discursiva, a constituída pelo esquecimento. Por ela, sabemos que o possível está justamente no esquecimento. Dessa perspectiva, é pouco favorável ter-se uma memória saturada" (*ibidem*, p. 8).

A partir da distinção entre esses três tipos de memória, a autora salienta que cada uma delas acarreta diferenças na relação entre constituição, formulação e circulação de sentidos, ao mesmo tempo em que cada uma também afeta de modos diferentes a função-autor e o efeito-leitor. Isso porque, conforme escreve, "qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, consequentemente, com a ideologia)" (*ibidem*, p. 10).

Assim, a memória metálica, produzida pelas novas tecnologias de linguagem, não é um simples e imenso depositário de informações, dados e fatos, uma vez que ela também tem uma relação necessária com a interpretação. E ela também não contém todas as informações, dados e fatos existentes e completos, embora almeje essa completude.

Tendo em vista as reflexões feitas até aqui, podemos questionar sobre o modo de funcionamento de várias tecnologias de linguagem que significam como tecnologias de informação, como é o caso da ferramenta de busca do Google, muitas vezes tomada apenas como um instrumento para encontrar informações. No item a seguir, a partir da análise de uma página do Google, busco examinar esses e outros efeitos de sentido possíveis a partir do papel fundador da linguagem, dessa linguagem imperfeita que permite a falha da língua, a interpretação, o equívoco do discurso, e a filiação de sentidos na memória discursiva.

5. O Google enquanto tecnologia de informação?

Quando usamos uma ferramenta de busca na internet, como a do Google, para pesquisar sobre assuntos de nosso interesse, de uma forma ou de outra acabamos sendo tomados por um desejo pela "informação exata e completa". No entanto, os resultados fornecidos por essa ferramenta são muitas vezes frustrantes. Podemos dizer que a própria razão de existir dessa ferramenta é fundamentada, de certo modo, sobre esse desejo, e materializada numa discursividade que vem circulando amplamente, para a qual uma das

formulações possíveis é: "*tudo o que eu preciso saber está na internet e pode ser encontrado no Google"*. O funcionamento dessa discursividade está relacionado tanto ao modo como o Google significa, enquanto tecnologia de informação que reduz a linguagem à informação, quanto o próprio modo de considerar o conhecimento, que também acaba reduzido à informação.

Outras formulações possíveis para essa discursividade podem ser depreendidas a partir do próprio modo como o Google estabelece, hoje, como sendo sua missão. Isso pode ser observado na página "Sobre o Google":

Figura 1. Parte da página "Sobre o Google" disponível no site do Google.
Fonte: https://www.google.com.br/intl/pt-BR/about. Acesso em fev 2015.

A belíssima imagem do início da página e os textos que a acompanham são bastante significativos para pensarmos a produtividade e os efeitos dessa discursividade de um desejo de completude.

Comecemos pelo enunciado que define a missão do Google: "*A missão do Google é organizar as informações do mundo e torná-las mundialmente acessíveis e úteis*". Podemos depreender deste enunciado, alguns preconstruídos[7] interessantes e também alguns deslizamentos de sentido que ele torna possíveis e que, ao mesmo tempo, o legitimam.

Um primeiro deles pode ser o preconstruído *O mundo é feito de informações*, em que o mundo é reduzido a informações. Depois, *As informações do mundo podem ser organizadas*. E, uma vez que 'informações' é precedido de 'as', somos impelidos a considerar que se trata de todas as informações do mundo.

[7] O conceito de *preconstruído*, proposto por volta de 1975 por P. Henry (1992) e M. Pêcheux (1997b), é concebido como um efeito que "remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é "construído" pelo enunciado" (PÊCHEUX, 1997b, p. 99).

O início do enunciado, *A missão do Google é*, marcado pelo verbo 'ser', em articulação com os verbos 'organizar' e 'tornar', do restante do enunciado, produzindo a fórmula *A missão do Google é organizar e tornar*, é um lugar interessante para vislumbrar a falha da língua que possibilita irrupção do equívoco no discurso. Pois é uma falha que possibilita interpretações que podem deslizar de uma *projeção* – a missão é um projeto a ser alcançado – para uma *descrição* ou *constatação* – a missão é o projeto alcançado. Equívoco este que possibilita as passagens de um *poder fazer* para um *dever fazer* e para um *fazer*.

A partir disso, outros preconstruídos podem ser depreendidos: *O Google deseja organizar as informações do mundo*. *As informações do mundo podem/devem ser/são acessíveis para o Google*. E também: *O Google pode/deve/está organizando/organiza as informações do mundo*. *O Google pode/deve/está tornando/torna as informações do mundo mundialmente acessíveis e úteis*. E ainda: *As informações do mundo podem ser/devem ser/são mundialmente acessíveis para serem úteis*. *As informações do mundo são úteis*. E ainda outros: *O mundo todo poderá/está podendo/pode obter as informações do mundo mundialmente acessíveis pelo Google*. E mais outros: *As informações do mundo devem ser acessíveis para o Google para poderem ser mundialmente acessíveis pelo Google*.

Os preconstruídos que significam uma possibilidade, através do '*podem'*, se casam muito bem com o ideal do *sonho americano*[8], ao mesmo tempo em que podem facilmente deslizar para outros preconstruídos, que também significam uma possibilidade ou desejo através do '*devem'*, e deslizar ainda mais uma vez para outros preconstruídos que, através do '*devem'*, também podem significar uma obrigatoriedade – a de uma espécie de dever de honra e/ou de um dever patriótico americano[9]...

---

[8] Uma definição para o que seja o sonho americano foi formulada por Truslow Adams, em 1931, em seu *The Epic of America*, como "o sonho de uma terra em que a vida deve ser melhor e mais rica e completa para todos, com oportunidade para cada um de acordo com a capacidade ou realização. [...]. Não é um sonho de automóveis e altos salários meramente, mas um sonho de ordem social em que cada homem e cada mulher **devem** ser capazes de alcançar o estágio mais completo do que são inatamente capazes, e serem reconhecidos pelos outros pelo que são, independentemente das circunstâncias fortuitas de nascimento ou posição" (1931, p. 214, 215; tradução minha, grifo meu). Esse ideal do sonho americano pode ser depreendido muito antes disso, em outros textos, como na Declaração de Independência de 1776, na parte que diz: "defendemos como verdades evidentes que todos os homens foram criados iguais; que são dotados por seu Criador de certos direitos inalienáveis; que, entre estes, estão a Vida, a Liberdade e a **busca da Felicidade**". Essa parte, por sua vez, contém uma interessante paráfrase da teoria do contrato familiar de John Locke ao considerar a vida e a liberdade como direitos inalienáveis, ao mesmo tempo em que produz um deslizamento interessante ao substituir a palavra "propriedade", do texto de Locke, pela expressão "busca da felicidade".

[9] Não estou certa de que estas sejam as formulações mais aproximadas sobre o tipo de *dever* como obrigatoriedade que está em jogo, mas assim mesmo é importante formulá-las. Isso porque esse *dever* da obrigatoriedade parece estar fortemente ligado ao *poder*/*dever* do desejo apresentado, através de uma história de sentidos da própria formação dos Estados Unidos, a qual permite relacionar o ideal do sonho americano a uma espécie de convocação patriótica que esse ideal produz. Isso pode ser ilustrado se levamos em conta de uma história de discursividades que envolvem o nome Tio Sam. Desde o início do século XIX, e antes mesmo da criação de suas peças publicitárias mais famosas, o nome Tio Sam funcionava como personificação dos Estados Unidos enquanto a nação, a terra de oportunidades iguais para todos. A esse respeito, é interessante destacar o cartoon do jantar de ação de graças do Tio Sam – Uncle Sam's Thanksgiving Dinner –, de Thomas Nast, publicado no jornal Harper's Weekly em 1869. A imagem do *cartoon* mostra homens e mulheres de origens diversas à mesa com o Tio Sam, numa sala de jantar com retratos de Abraham Lincoln, George Washington, e Ulysses S. Grant na parede. O *cartoon* foi publicado como forma de apoio à ratificação da décima quinta emenda da constituição americana, que objetivava garantir que "o direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não poderá ser negado ou cerceado pelos

Ao lado desses preconstruídos, há vários outros, como os que envolvem a palavra '*missão'*: *O Google tem uma missão*. A palavra '*missão'* é atualmente "própria" do discurso empresarial, mas também carrega um sentido religioso, missionário, que não se descola dela... O objetivo da empresa é significado como 'missão' através deste enunciado que se destaca na página "Sobre o Google", funcionando como um modo de apresentação da empresa. Embora a página "Sobre o Google" contenha outros textos e links que contribuem para a construção de uma definição sobre o que é o Google, o destaque que a página dá para este enunciado o torna significativo enquanto entrada definidora da empresa. Trata-se de um enunciado que não diz o que a empresa é, mas diz qual o seu objetivo, mas que não é significado como objetivo, e sim como missão.

E esta entrada definidora do Google através de sua missão é tão definidora que podemos até nos esquecer o que é o Google, que o Google é uma empresa e que tipo de empresa o Google é. E se lembramos que o Google é uma empresa, seu sentido não é o de uma empresa "como as outras", já que ela produz um serviço que seria de "utilidade mundial", o de *organizar as informações do mundo e torná-las mundialmente acessíveis e úteis*... Trata-se mesmo de algo extraordinariamente missionário, no sentido religioso, empresarial e globalizado do termo. Pois quantas missões são tão generosas assim, magnânimas assim, democráticas assim... tão consonantes com as demandas da mundialização?!

No entanto, é interessante que o enunciado da missão do Google é um enunciado que não sabemos de cor. Mesmo com sua força, este enunciado não funciona como um slogan. Mas o sabemos salteado, sob outras formas parafrásticas possíveis, enquanto elemento de uma discursividade que (se) alimenta (d)esse desejo de completude, de totalidade do sujeito e do saber.

A imagem da página "Sobre o Google" também nos diz muito da definição do Google e da definição de mundo do Google. O mundo da imagem da página aparece recortado. E não se trata de um recorte banal, de um recorte qualquer, uma vez que ele produz um centro, situado no hemisfério norte e que apaga o hemisfério sul[10]. Neste recorte do mundo, podemos distinguir o oceano e os continentes pela diferença de tonalidades: os oceanos são mais claros e os continentes são mais escuros. Constatamos também uma diferença, várias diferenças, que podem ser depreendidas pela interpretação da presença de picos, de cores e densidades diferentes, bem como a ausência deles. Ao lado disso, o canto inferior direito da imagem contém uma legenda definidora: "*Volume de pesquisas feitas ao redor do mundo, visualizado no WebGL Globe*"[11]. Tendo isso em

---

Estados Unidos, nem por qualquer Estado, por motivo de raça, cor ou de prévio estado de servidão". Ao lado disso, podemos ler os seguintes dizeres na parte inferior da imagem do *cartoon*: "Venham, venham todos", "Livres e iguais". (A Imagem do *cartoon*, outros detalhes e descrições bastante interessantes a seu respeito estão disponíveis no site da Harper's Weekly: http://www.harpweek.com/09Cartoon/BrowseByDateCartoon.asp?Month=November&Date=22; acesso: fev 2015). De outro lado, é interessante notar que o nome Tio Sam sempre esteve associado a guerras (de 1812 e de 1917, notadamente), sendo que as imagens publicitárias da 1ª. Guerra Mundial colocam em jogo, fortemente, sentidos que envolvem um nacionalismo e um patriotismo, com suas chamadas de recrutamento, de arrecadação de verba para "compra da liberdade" pela guerra, de recrutamento de voluntários, de convocação de cidadãos... (Alguns detalhes sobre peças publicitárias do Tio Sam estão disponíveis no site Sonofthesouth: http://www.sonofthesouth.net/uncle-sam; acesso em fev 2015).

[10] Se a imagem fosse de um mundo onde os continentes do globo inteiro pudessem ser visualizados, outros efeitos de sentido seriam colocados em jogo.

[11] WebGL é uma sigla de Web Graphics Library, que pode ser traduzida como Biblioteca gráfica da Web.

conta, podemos perguntar: o que esses picos de cores diferentes, sua densidade e sua ausência significam enquanto volume de pesquisas feitas ao redor do mundo?

Se nos mantivermos apenas na página "Sobre o Google", os elementos que ela fornece para a produção de sentidos são fundamentalmente a descrição da missão do Google, a imagem do mundo apresentada e sua legenda. Esse conjunto de elementos permite interpretar que a imagem aponta para algum tipo de volume de pesquisas feitas nos Estados Unidos que é significativamente maior que no México, no Canadá e na parte que pode ser vista da África, além de ser diferente da Europa. Mas essa densidade e essa diferença são em relação a quê? Os "dados" da imagem não são suficientes para que possamos estudar os resultados dessas diferenças. Nem por isso a imagem deixa de produzir sentidos... Pois, se o sentido é *relação a* e se essa relação não é fornecida junto à imagem, a imagem não deixará de produzir sentidos, no entanto seus sentidos serão construídos pelas interpretações dos sujeitos a partir das relações que eles puderem construir a partir dos "dados" fornecidos e em relação a seus modos de inscrição na memória discursiva.

Assim, uma interpretação possível pode ser construída pela observação de que o desenho dos Estados Unidos se forma por um gráfico tridimensional composto de um conjunto denso de picos azuis, de diversas alturas, produzindo um contorno e um preenchimento que os distingue fortemente de outros espaços, de outras cores, menos preenchidos ou sem preenchimento. Ao lado disso, na proporção de equilíbrio do espaço da imagem, os Estados Unidos ocupam um lugar central, destacando-se dos demais países. A partir dessa interpretação, podemos ser levados a concluir muito rapidamente que os Estados Unidos estão na frente dos outros países no volume de pesquisas. E nem parece importar muito saber que pesquisas especificamente, mas simplesmente que os Estados Unidos estão na frente.

No entanto, se nos detivermos um pouco mais num questionamento relacionado à demografia e à geografia para refletir sobre esse gráfico, essa interpretação pode ficar mais opaca. Isso porque o Canadá tem aproximadamente trinta e cinco milhões de habitantes, enquanto os Estados Unidos têm dez vezes mais: aproximadamente trezentos e dezoito milhões de habitantes, ao passo que o México tem quase três vezes menos habitantes que os Estados Unidos, aproximadamente cento e vinte e dois milhões de habitantes. Vemos assim que a demografia nos coloca a questão da proporcionalidade do número de habitantes de cada país, que não é contabilizada na imagem. Ao lado disso, a ausência, na imagem, da linha imaginária da fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá pode nos levar a não enxergar o Canadá no mapa e, em decorrência, não enxergar a sua expressividade no gráfico, uma vez que suas cidades mais populosas estão situadas na região fronteiriça com os Estados Unidos.

Podemos dizer com isso que a ausência de um indicador de proporcionalidade demográfica e a ausência da linha imaginária das fronteiras entre os países contribuem para a construção de uma distorção gráfica, a qual, por sua vez, contribui para a produção de um efeito de sentidos sobre o recorte da imagem do mundo que apaga o hemisfério sul, significando o mundo pelo hemisfério norte e, ao lado disso, os Estados Unidos como o centro do mundo[12]. O centro do mundo onde a empresa do Google, que tem por missão

[12] Para tentar saber que tipo de volume de pesquisas descreve a imagem da página "Sobre o Google" é necessário entrar no site da WebGL Globe e pesquisar um pouco, clicando nos botões e links disponíveis. Um

organizar as informações do mundo e torná-las mundialmente acessíveis e úteis, está localizada.

O gráfico do mundo da imagem da página "Sobre o Google" não é um gráfico de um mundo lógico, objetivo, onde só existem fatos, dados e informações unívocas, verdadeiras e transparentes. O gráfico do mundo – e qualquer outro gráfico – é um gráfico *no* mundo dos sujeitos, que são sujeitos de linguagem. O gráfico do mundo *no* mundo dos sujeitos de linguagem é linguagem, discurso, lugar de divisão dos sujeitos, de inscrição do político, do funcionamento da ideologia, de produção de sentidos na história.

Assim, quando lemos a missão do Google, *de organizar as informações do mundo e torná-las mundialmente acessíveis e úteis,* e visualizamos a imagem do mundo recortado que ilustra a página "Sobre o Google", parece não haver uma coincidência entre o mundo da missão do Google o mundo da imagem. Ou há? De que mundo estamos falando? Que mundo fala do mundo? O mundo sempre (se) fala de um lugar do mundo. O que é o mundo para o mundo que fala do mundo?

Essas questões me fazem lembrar de uma matéria intitulada *Seu Google, nós existimos,* escrita pela jornalista Eliane Brum, e dedicada a refletir sobre o trabalho de Sikha e de outras crianças da favela de Calcutá para se colocarem no mapa do mundo. Trago aqui um pequeno recorte da referida matéria:

> Ao buscar o Google Maps para se enxergar nele, as crianças descobriram que não estavam lá. No lugar onde viviam suas vidas, suas dores, seus sonhos, suas fomes e suas faltas, onde dançavam e choravam, nasciam e morriam, havia só um vazio – um grande nada. [...] O mundo, como Sikha tão bem percebeu, é dividido entre os que estão no mapa – e aqueles que não estão. Não é esquecimento, não é acaso. É violência. Uma violência original – a invisibilidade – que gera todas as outras. Nem os mapas, ou muito menos os mapas, são inocentes. Na Índia, em toda parte. E também aqui.[13]

Um mapa, um gráfico, dados estatísticos, porcentagens... nada disso é inocente. Tudo isso é linguagem, se funda pela linguagem, com toda a opacidade de que lhe é própria. Por isso, o Google não tem como reunir tudo o que existe e que se pode saber sobre o homem, o mundo e as coisas do mundo. Assim como não tem como organizar todas as informações do mundo, muito menos torná-las mundialmente acessíveis.

Desse modo, é importante ter sempre em vista que os bancos de dados, sejam eles quais forem, e as informações que eles fornecem não estão prontos para nós, embora "venham prontos". Nesse sentido, os bancos de dados não podem falar por nós. Se assumimos uma posição passiva diante das tecnologias de linguagem, tomando-as como tecnologias de informação, corremos o risco de nos transformar em repetidores do pronto. Isso não significa, de modo algum, que as diversas tecnologias de linguagem de que

---

dos botões do site se desdobra em dois outros, sendo um deles nomeado "launch search globe", que pode ser traduzido como "pesquisa de lançamento do globo". Este botão direciona para uma página do Chrome Expermiments que contém uma imagem 3D do globo igual àquela da página "Sobre o Google", mas que aqui vem com o nome: "Google Search Volume by Language". Somente então é que ficamos sabendo que a imagem da página "Sobre o Google" é o recorte de um gráfico experimental em 3D indicativo do volume de pesquisas feitas ao redor do mundo por língua! Mas isso será o tema de outro artigo...

[13] A matéria completa está disponível no site da revista Época, seguinte endereço eletrônico: http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/07/seu-bgoogleb-nos-existimos.html; acesso em fev 2015.

dispomos não sejam úteis. Que o imenso banco de dados que o Google vem construindo e disponibilizando não possa ser utilizado para conhecer e produzir conhecimento. Mas como fazer isso?

6. Considerações finais: do poder fundador da linguagem ao arquivo de leitura

M. Pêcheux nunca foi tão atual. Desde seus primeiros textos, a questão da necessidade de *apropriação dos instrumentos* comparece de maneira bastante forte e permanece com igual força no percurso de toda a sua obra. E esta questão é pensada, em seu percurso intelectual, a partir de várias frentes. Uma delas, a inaugural, é a que coloca a necessidade de reinventar o instrumento que foi transferido de uma ciência para outra para que ele se torne instrumento desta ciência em particular ou deste ramo da ciência (PÊCHEUX, 1968, *apud* HENRY, 1992).

Segundo Henry (1992), Pêcheux era "um filósofo fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos e pelas técnicas, por razões profundamente enraizadas em sua história pessoal e antecedentes familiares" (p. 18). Esse fascínio pode ser apreciado em sua obra fundadora, o texto "Análise automática do discurso – AAD", publicado em 1969 (PÊCHEUX, 1997a), em que o autor busca se apropriar de instrumentos da informática para compor o seu projeto de um mecanismo de análise automática do discurso. Como sabemos, esse projeto teve consequências tais que levou à fundação de um novo domínio de investigação teórica e analítica, que se estabilizou pelo nome *análise de discurso*.

Vários anos depois, já em seu "Ler o arquivo hoje", publicado em 1982, (PÊCHEUX, 1997c), os instrumentos permanecem entre as grandes questões problematizadas pelo autor, mas agora não mais pensados em termos de "análise automática". Nessa obra, os instrumentos são problematizados através de uma história das ideias da divisão do trabalho de leitura em diferentes culturas, a "literária" e a "científica", e de sua re-divisão atual. O autor mostra como essas culturas produziram e, ao se re-dividirem, continuam produzindo distintas maneiras de ler seus arquivos, tendo, no entanto, o fato da língua quase sempre contornado. Através dessa reflexão, Pêcheux nos convida a traçar um outro caminho de leitura de arquivo, que leve a uma apropriação das tecnologias da informática (e não simplesmente a uma aplicação), colocando em confronto a "materialidade da língua na discursividade do arquivo" (p. 63). Pois sim, um arquivo, qualquer que seja ele – um banco de dados de uma biblioteca, de uma empresa, um corpus para análises, do Google, etc. – é feito de discursividades[14].

Essas questões colocadas por M. Pêcheux têm me incitado a refletir sobre os diferentes modos de ler os arquivos, construídos por essas diferentes culturas – científicas e literárias –, divididas e re-divididas na história. A partir dessas questões que o autor coloca, podemos tomar um banco de dados, uma biblioteca, um programa de computador, uma ferramenta de busca como o Google... enquanto arquivos construídos através de

[14] Aqui é importante enfatizar que essa noção de arquivo de M. Pêcheux é diferente da distinção proposta por E. Orlandi para memória discursiva, memória institucional e memória metálica. Podemos dizer que a noção de arquivo do autor pode coincidir com o que Orlandi define como memória institucional ou como memória metálica, mas ela não coincide e nem poderia coincidir com a memória discursiva, à qual não temos acesso, pois é inapreensível. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de salientar que a memória institucional e a memória metálica só são possíveis porque fazem parte da memória discursiva.

diferentes modos de ler. Assim como também um conjunto de documentos levantados por um pesquisador para seu trabalho particular e mesmo um conjunto de textos que por ele reunidos que constroem sua filiação teórico-analítica podem ser tomados como parte do trabalho de leitura de arquivo. Ao lado disso, dessa perspectiva, também podemos perguntar sobre os objetivos, critérios e pertinências desses arquivos: De que são feitos? De que modos? A partir de que leitura eles se constituem? Com que critérios de pertinência? Para quem ou para o quê são pertinentes? Quais os lugares desses diferentes arquivos nas instituições que os abrigam? Que efeitos eles produzem na sociedade e para os sujeitos? E em sua relação com o Estado? E com o mundo? E, ao fazer essas perguntas, outras vêm em seguida: Como encontrar a pertinência do que procuramos a partir da pertinência que esses arquivos construíram? E a partir do que não está neles? E do que não é pertinente para eles? Do que está em outro lugar, em outros arquivos, em outros espaços? Que podem vir a tornar-se espaços no meu arquivo, que já será um arquivo muito diferente...

Fazer perguntas como estas, é tomar as tecnologias de linguagem disponíveis não como tecnologias de informação. É, nesse sentido, reinventá-las, tomando seus "dados" como textos, com toda a espessura e opacidade de que eles se constituem – porque são linguagem e são língua –, transformando-os em um *arquivo de leitura* próprio, que abre sempre a possibilidade para novas perguntas, estando, por isso, sempre em construção...

Fazer essas perguntas – para o arquivo e para mim – é, ao que me parece, um modo de colocar em confronto a materialidade da língua na discursividade do arquivo. E, aqui, novamente Pêcheux (1997c):

> É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsicamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo. (p. 63)

Os estudos de Pêcheux e de outros autores que trabalham com a língua, com a linguagem, com o discurso e com a história das ideias permitem que eu me coloque numa posição discursiva para pensar as tecnologias, o conhecimento e sua história.

Essa posição toma como fundamentais as revoluções tecnolinguísticas e seus efeitos na história do homem, enquanto sujeito de linguagem. Ao mesmo tempo, toma a linguagem em seu papel e poder fundador, como uma ferramenta imperfeita, impossível de ser consertada, impossível de ser transparente. Uma ferramenta imperfeita que, por isso mesmo, permite a existência da língua enquanto um sistema sujeito a falhas, em relação ao equívoco do discurso, que permite a relação da língua com o seu exterior constitutivo: a ideologia, o inconsciente, a história...

Estar nessa posição possibilita questionar sobre o funcionamento e os efeitos das novas tecnologias de linguagem. E, ao lado disso, dar conta de responder, sempre em parte, sobre o objeto dessas questões. O que significa também não dar conta, uma vez que o pesquisador – também sujeito de linguagem – estará sempre no espaço do que está por dizer, do que poderia ser dito e não foi, do que nunca poderá ser dito, do que precisará ser dito em outro lugar, a partir das perguntas que ficaram e das que virão, dessas análises e de outras, em outros momentos, em outros textos... incompletos... sempre.

Referências bibliográficas

ADAMS, Truslow. **The epic of America**. Boston: Little, Brown & Co., 1931.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. **Problemas de Linguística Geral I**. 3ª. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1991a.

_____. Da subjetividade na linguagem. **Problemas de Linguística Geral I**. 3ª. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1991b.

BRUM, Eliane. Seu Google, nós existimos. A luta de um grupo de crianças das favelas de Calcutá para se colocar no mapa do mundo e mudar também as nossas vidas. Disponível em http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/07/seu-bgoogleb-nos-existimos.html; acesso em 10 fev 2015.

CANGUILHEM, Georges. (1980) **O cérebro e o pensamento**. Tradução de Sandra Yedid. Disponível em http://docente.ifrn.edu.br/avelinolima/disciplinas/filosofia-da-mente/o-cerebro-e-o-pensamento-georges-canguilhem/view; acesso em 02 fev 2015.

CAVINGNEAUX, Antoine. Le rôle de l'écriture. Section 1: L'écriture et la réflexion linguistique en mésopotamie. In: AUROUX, Sylvain. **Histoire des idées linguistiques**. La naissance des métalangages en orient et en occident. Tome 1. Lièges; Bruxelles: Mardaga, 1989.

DANNORITZER, Cosima (Dir.). **Comprar, tirar, comprar**. La historia secreta de la obsolescencia programada. Documentário franco-espanhol. Arte France, TVE, TVC, 2010.

DIAS, Cristiane. Sujeito digital: sentidos de um novo paradigma. Em: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Cidade, linguagem e tecnologia**: 20 anos de história. Campinas: Labeurb, 2013. Disponível em http://www.labeurb.unicamp.br/labeurb20anos/labeurb20anosPDF.pdf; acesso em 09 mar 2015.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita.** Língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras** (Taguatinga), v. 3., Brasília, UCB, 2010.

ORLANDI, Eni. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. **Rua** [online], n. 16, v. 2, Campinas, Labeurb/Unicamp, 2010. Disponível em http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/16-2/1-16-2.pdf;. acesso em 02 fev 2015.

_____. Tecnologias da linguagem: um novo funcionamento. Em: **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

DICIONÁRIO online Michaelis. **Tecnologia**. Disponível em http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=tecnologia; acesso em 02 fev 2015.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Em: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

_____. **Semântica e Discurso.** Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

_____. Ler o Arquivo Hoje. Em: ORLAND, Eni (Org.) **Gestos de Leitura**. Da História no Discurso. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997c.

***

Artigo recebido em 13/07/2015
Aprovado e revisado em 30/07/2015
Publicado em 17/08/2015

Para citar este texto:
FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia, **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Seção Estudos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 11, p. 75-98, jul. - dez. 2015.